REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR PARA A CIDADANIA BRASILEIRA

THE IMPORTANCE OF THE HISTORY OF THE MILITARY POLICE FOR BRAZILIAN CITIZENSHIP

LA IMPORTANCIA DE LA HISTORIA DE LA POLICÍA MILITAR PARA LA CIUDADANÍA BRASILEÑA

Leandro Eduardo do Vale[1]

e696797
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i9.6797

PUBLICADO: 9/2025

RESUMO

Este artigo analisa a importância da valorização da história institucional da Polícia Militar como instrumento estratégico para o fortalecimento da identidade profissional, da cultura organizacional e da aproximação com a sociedade. Por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em documentos oficiais e estudos acadêmicos, discute-se como o resgate da trajetória histórica da corporação contribui para a consolidação de valores como cidadania, ética, pertencimento e respeito aos direitos humanos. Com base em diretrizes como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.675/2018, a Matriz Curricular Nacional da SENASP e o Plano Nacional de Segurança Pública, argumenta-se que o conhecimento da história da instituição pode potencializar processos formativos e qualificar a atuação policial no contexto democrático. O estudo demonstra a importância de políticas públicas voltadas à formação continuada e à valorização simbólica da carreira militar, destacando o papel da história institucional na construção de uma segurança pública cidadã, comprometida com a legalidade e a dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar. História Institucional. Identidade Profissional. Cidadania. Segurança Pública.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of valuing the institutional history of the Military Police as a strategic tool for strengthening professional identity, organizational culture, and engagement with society. Through bibliographic research, based on official documents and academic studies, it discusses how recovering the historical trajectory of the corporation contributes to consolidating values such as citizenship, ethics, belonging, and respect for human rights. Based on guidelines such as the 1988 Federal Constitution, Law No. 13.675/2018, the SENASP National Curriculum Matrix, and the National Public Security Plan, it is argued that knowledge of the institution's history can enhance training processes and improve police performance in the democratic context. The study demonstrates the importance of public policies aimed at continuing education and symbolic appreciation of the military career, highlighting the role of institutional history in building a citizen-oriented public security system, committed to legality and human dignity.

KEYWORDS: *Military Police. Institutional History. Professional Identity. Citizenship. Public Security.*

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de valorar la historia institucional de la Policía Militar como instrumento estratégico para el fortalecimiento de la identidad profesional, la cultura organizacional y la cercanía con la sociedad. Mediante una investigación bibliográfica, fundamentada en documentos oficiales y estudios académicos, se discute cómo el rescate de la trayectoria histórica

[1] Polícia Militar do Paraná - PMPR.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

de la corporación contribuye a la consolidación de valores como ciudadanía, ética, pertenencia y respeto a los derechos humanos. Con base en directrices como la Constitución Federal de 1988, la Ley nº 13.675/2018, la Matriz Curricular Nacional de la SENASP y el Plan Nacional de Seguridad Pública, se argumenta que el conocimiento de la historia de la institución puede potenciar los procesos formativos y cualificar la actuación policial en el contexto democrático. El estudio demuestra la importancia de políticas públicas dirigidas a la formación continua y a la valorización simbólica de la carrera militar, destacando el papel de la historia institucional en la construcción de una seguridad pública ciudadana, comprometida con la legalidad y la dignidad humana.

PALABRAS CLAVE: *Policía Militar. Historia Institucional. Identidad Profesional. Ciudadanía. Seguridad Pública.*

1. INTRODUÇÃO

A valorização da história institucional da Polícia Militar constitui uma estratégia relevante para o fortalecimento da identidade profissional dos seus integrantes, o aprimoramento das práticas de segurança pública e o estreitamento dos laços entre a corporação e a sociedade. Em um contexto marcado por desafios relacionados à violência, à desconfiança institucional e à necessidade de modernização das práticas policiais, refletir sobre a trajetória histórica da Polícia Militar possibilita não apenas o reconhecimento de seu papel constitucional, mas também a promoção de uma atuação mais ética, cidadã e orientada pelos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 144, as atribuições da Polícia Militar no âmbito da segurança pública, destacando seu caráter ostensivo e preventivo. No entanto, historicamente, a imagem da corporação foi marcada por contradições entre sua função legal e as práticas percebidas pela população, muitas vezes associadas ao uso excessivo da força ou à distância entre polícia e comunidade (Rocha, 2013; Caldeira, 2003). Diante disso, torna-se necessário resgatar e valorizar a história institucional da PM, compreendendo seus fundamentos, transformações e desafios ao longo do tempo.

Nesse cenário, a Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e a Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública (Senasp, 2009), reforçam a necessidade de uma formação profissional integrada, pautada em valores democráticos, na promoção da cidadania e na humanização das ações policiais. A história da corporação, quando abordada como componente formativo, pode contribuir para o desenvolvimento de valores como pertencimento, responsabilidade social e compromisso com a legalidade, alinhando práticas institucionais às expectativas de uma sociedade plural e democrática.

Este estudo tem como objetivo analisar o potencial da história institucional da Polícia Militar como instrumento para a formação cidadã no interior da corporação e como ponte de aproximação com a população. Partimos do pressuposto de que o fortalecimento da identidade

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

profissional dos policiais está relacionado ao conhecimento e à valorização de sua própria trajetória histórica, contribuindo para uma atuação mais consciente, engajada e comprometida com a missão constitucional da segurança pública.

O estudo é qualitativo, com base em revisão bibliográfica, utilizando autores que analisam a história das instituições policiais, os sentidos do trabalho policial e os desafios da cidadania na segurança pública (Lima, 2017; Sales; Alencar; Feitosa, 2009; Mauch, 2007). Também são mobilizados documentos oficiais que orientam a política de segurança pública no Brasil, a fim de articular teoria e normatividade.

2. A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

A valorização da história institucional da Polícia Militar fortalece a identidade profissional dos seus integrantes e para a qualificação das práticas de segurança pública no Brasil. Compreender a trajetória da corporação ao longo dos diferentes contextos históricos nacionais permite não apenas reconhecer seu papel como agente do Estado, mas também refletir sobre seus desafios, contradições e possibilidades de transformação no presente. Nesse sentido, ao ser resgatada de forma crítica, a história da Polícia Militar pode contribuir para a reconstrução simbólica da instituição, fortalecendo valores como cidadania, responsabilidade social e respeito aos direitos humanos (Lima, 2017; Mauch, 2007).

Ao mesmo tempo, essa valorização histórica pode funcionar como elo entre a corporação e a sociedade civil. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e os marcos legais recentes, como a Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), apontam para a necessidade de práticas policiais integradas e cidadãs, orientadas por princípios democráticos. Neste contexto, a história da Polícia Militar, compreendida como patrimônio simbólico e formativo, pode servir à qualificação dos seus profissionais e ao fortalecimento da participação social e à legitimação das ações de segurança como expressão do Estado de Direito.

2.1. A evolução histórica das polícias no Brasil: entre controle social e democracia

A história das instituições policiais no Brasil está ligada aos processos de constituição do Estado e de organização social do país. Desde o período colonial, as primeiras formas de policiamento atuavam como instrumentos de manutenção da ordem e de proteção dos interesses da Coroa Portuguesa. As chamadas “milícias urbanas” e as guardas locais exerciam funções de vigilância e repressão, sobretudo voltadas ao controle das populações escravizadas, indígenas e pobres, o que revela o papel da força pública como mecanismo de regulação social (Bretas; Rosemberg, 2013). Esses primeiros modelos foram marcados por uma forte lógica patrimonialista

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

e seletiva, características que, embora modificadas ao longo do tempo, deixaram marcas estruturais nas instituições policiais contemporâneas.

Com o avanço da organização estatal no Império e, posteriormente, durante a Primeira República, as forças policiais passaram por processos de institucionalização mais complexos, ainda que subordinadas a lógicas locais e interesses políticos regionais. A criação das Polícias Militares Estaduais deu forma a uma estrutura dual que permanece vigente até hoje: de um lado, a Polícia Militar com funções ostensivas e preventivas; de outro, a Polícia Civil com funções investigativas. Essa divisão buscou especialização e racionalização do sistema de segurança, mas também consolidou práticas segmentadas de atuação, dificultando, por vezes, uma abordagem integrada da segurança pública (Mauch, 2007; Barbosa, 2010).

Durante os períodos de autoritarismo, em especial no regime militar (1964–1985), o aparato policial foi utilizado como instrumento de repressão política. A atuação da Polícia Militar, nesse contexto, esteve subordinada ao modelo de segurança nacional, no qual o "inimigo interno" justificava ações voltadas à contenção de movimentos sociais e opositores do regime. Essa fase gerou tensões entre a missão constitucional da corporação e sua função prática, provocando questionamentos na sociedade sobre os limites do uso da força e da autoridade policial (Rocha, 2013). É importante, no entanto, reconhecer que a Polícia Militar, como instituição do Estado, responde às diretrizes que lhe são atribuídas pelo ordenamento jurídico e pelas conjunturas políticas. Dessa forma, compreender esse passado é essencial não para criminalizar a instituição, mas para fortalecer seus compromissos atuais com os valores democráticos e republicanos.

A Constituição de 1988 representa um marco para a redefinição do papel das polícias no Brasil. Ao estabelecer a segurança pública como dever do Estado e direito de todos, o texto constitucional impõe às instituições policiais, incluindo a Polícia Militar, o desafio de alinhar sua atuação ao respeito aos direitos humanos, à legalidade e à cidadania (Brasil, 1988). A promulgação da Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e documentos como a Matriz Curricular Nacional da SENASP (2009) reforçam esse compromisso ao propor diretrizes de formação orientadas para o policiamento comunitário, a prevenção de conflitos e a promoção da paz social.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

Tabela 1. Principais marcos históricos das instituições policiais no Brasil

Período	Características principais	Papel das polícias
Período Colonial	Milícias e guardas locais subordinadas à Coroa Portuguesa.	Controle de escravizados, repressão a levantes e proteção da ordem senhorial.
Império e República Velha	Criação das polícias militares estaduais e consolidação da dualidade com as polícias civis.	Garantia da ordem pública e repressão de movimentos sociais.
Regime Militar (1964–1985)	Utilização das PMs como braços do sistema de segurança nacional.	Repressão política e contenção de protestos.
Constituição de 1988	Nova orientação para a segurança pública com base na cidadania e nos direitos fundamentais.	Policiamento ostensivo com foco na prevenção e na legalidade.

Fonte: Rosemberg (2013), Mauch (2007), Rocha (2013) e Constituição Federal de 1988

Nesse sentido, o conhecimento da trajetória histórica da Polícia Militar permite à própria corporação uma leitura crítica e propositiva de sua missão no contexto democrático, abrindo espaço para avanços na formação profissional, na comunicação institucional e na confiança da população.

O reconhecimento da complexidade da história das instituições policiais é um passo importante para a construção de uma segurança pública cidadã. A trajetória da Polícia Militar, marcada por momentos de protagonismo, tensões e transformações, evidencia a necessidade de constante reflexão sobre suas práticas e finalidades. Valorizar essa história é também valorizar o compromisso diário dos profissionais que compõem a corporação, muitos dos quais atuam com dedicação e respeito às normas legais. A construção de uma memória institucional consistente pode ser, portanto, um dos caminhos para reforçar o orgulho de pertencimento dos policiais e consolidar uma cultura organizacional voltada à proteção dos direitos fundamentais e ao fortalecimento do pacto democrático no Brasil (Lima, 2017; Araújo, 2022).

2.2. A Polícia Militar como instituição formadora de cidadania

A Polícia Militar, enquanto órgão permanente do Estado brasileiro, possui atribuições que vão além da atuação ostensiva no controle da ordem pública. Inserida em uma ordem constitucional que reconhece a segurança pública como dever do Estado e direito de todos, sua atuação deve ser orientada pela dignidade humana e pela promoção de uma cultura de cidadania. Nesse contexto, a instituição se posiciona não apenas como força de proteção, mas como agente educador e mediador social, capaz de influenciar o cotidiano das comunidades onde

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

atua e de reforçar os valores democráticos por meio da convivência e do exemplo.

A formação do policial militar precisa, portanto, ultrapassar os limites da preparação técnico-operacional. Os marcos legais contemporâneos, como a Lei nº 13.675/2018, que estabelece o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e diretrizes formativas como a Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública (Senasp, 2009), indicam que competências éticas, comunicacionais e cidadãs devem ser centrais no desenvolvimento dos profissionais da segurança pública. Tais documentos reforçam a importância de conteúdos voltados à escuta ativa, à mediação de conflitos e à construção de relações respeitosas com a população, qualificando o policial como sujeito comprometido com o bem comum.

Nesse processo, o reconhecimento do legado institucional da Polícia Militar tem papel essencial. O conhecimento de sua trajetória histórica, suas transformações e conquistas contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e do compromisso com os valores públicos. Como observa Lima (2017), a memória organizacional é elemento-chave para a construção da identidade profissional, pois oferece aos integrantes da corporação referências simbólicas e éticas que orientam sua conduta. A incorporação consciente dessa dimensão histórica favorece a coesão interna e reforça a missão institucional da corporação como guardiã da ordem democrática.

Tabela 2. Competências formativas da Matriz Curricular da SENASP relacionadas à cidadania

Dimensão formativa	**Competência prevista**	**Relação com a atuação da PM**
Ética pública	Atuar com integridade e transparência	Reforça a confiança da população na corporação
Mediação de conflitos	Resolver disputas sem recorrer ao uso da força	Contribui para a convivência pacífica e o respeito mútuo
Participação comunitária	Estimular o engajamento social	Aproxima a PM da realidade e das demandas locais
Comunicação interpessoal	Escutar e dialogar com respeito	Melhora a abordagem e reduz tensões no contato com a comunidade

Fonte: Brasil (2009) – Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, e Sales, Alencar e Feitosa (2009)

Enquanto a seção anterior abordou os fundamentos históricos e políticos da atuação policial no Brasil, este tópico destaca o papel formativo da Polícia Militar em sua interface direta com a sociedade. Ações como policiamento comunitário, patrulhamento escolar e atividades de prevenção social revelam a capacidade da corporação de atuar também como promotora de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

educação cívica, convivência democrática e resolução pacífica de conflitos. Nesse sentido, conforme destacam Sales, Alencar e Feitosa (2009), a presença da PM nos territórios, quando orientada por estratégias de aproximação e escuta, contribui não apenas para a segurança, mas também para a construção de vínculos sociais mais justos e colaborativos.

2.3. Memória institucional e identidade profissional na formação dos policiais

A construção da identidade profissional no interior das corporações policiais está ligada à memória institucional que essas organizações preservam e cultivam. No caso da Polícia Militar, essa memória constitui não apenas um repositório de fatos históricos, mas um elemento estruturante das práticas, valores e sentidos que orientam o exercício da profissão. Resgatar e valorizar a história da corporação é, portanto, um passo essencial para o fortalecimento simbólico e ético da atividade policial, além de um fator de coesão interna, reconhecimento coletivo e orgulho institucional (Lima, 2017).

A formação do policial militar não se resume à técnica e ao domínio de procedimentos operacionais; ela também envolve o processo de internalização de valores que fundamentam a missão institucional. A memória da corporação, quando trabalhada de forma crítica e construtiva, conecta o profissional às tradições de serviço público, disciplina, coragem e responsabilidade social que marcam a trajetória da Polícia Militar ao longo dos séculos. Como afirma Lima (2017), essa identidade profissional é alimentada por símbolos, narrativas, rituais e registros históricos que, juntos, contribuem para o fortalecimento do pertencimento e da integridade do agente de segurança.

Nesse sentido, a promoção da memória institucional deve fazer parte das estratégias formativas e da cultura organizacional da PM. Iniciativas como a preservação de museus da polícia, a valorização de datas comemorativas internas, a recuperação de histórias locais de atuação policial e a inserção de conteúdos históricos nos cursos de formação inicial e continuada são práticas que contribuem para uma visão mais integral e humana do fazer policial. Mauch (2007), ao refletir sobre os sentidos históricos da polícia, afirma que compreender o passado institucional é também compreender os desafios do presente, e que uma corporação que desconhece sua própria história tende a reproduzir práticas sem criticidade ou horizonte transformador.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

Tabela 3. Efeitos da valorização da memória institucional na identidade profissional

Elemento da memória institucional	**Impacto na identidade profissional**	**Benefício para a corporação**
Conhecimento da história da PM	Reforça o pertencimento e a motivação	Engajamento e orgulho institucional
Celebrações e símbolos institucionais	Criam vínculos simbólicos com a organização	Fortalecem a coesão interna e os valores compartilhados
Integração da história à formação	Desenvolve consciência crítica e responsabilidade	Condutas alinhadas à legalidade e aos direitos humanos
Reconhecimento de marcos históricos	Valoriza conquistas e aprendizados institucionais	Aumenta a legitimidade e a imagem pública da PM

Fonte: Lima (2017), Mauch (2007) e Araújo (2022)

É importante lembrar que a memória institucional, quando cultivada de maneira coerente com os princípios democráticos e os direitos fundamentais, reforça os compromissos públicos da Polícia Militar. A identidade profissional do policial militar deve estar ancorada não apenas na autoridade e no dever, mas também na consciência de seu papel como servidor do povo e defensor da ordem legal. Essa compreensão reforça a legitimidade das ações da corporação e favorece a construção de uma imagem pública alinhada aos valores republicanos, elemento essencial para o fortalecimento da confiança social e da cultura de legalidade (Rocha, 2013; Araújo, 2022).

2.4. A história da Polícia Militar como ferramenta estratégica na formação e na comunicação institucional

A história institucional da Polícia Militar não deve ser compreendida apenas como um patrimônio simbólico ou conteúdo acadêmico, mas como uma ferramenta estratégica a ser incorporada de forma ativa às práticas formativas e comunicacionais da corporação. Quando bem estruturada, a memória histórica contribui para o fortalecimento dos vínculos internos, a construção da identidade profissional e a valorização da missão pública da instituição. Mais do que resgatar o passado, trata-se de utilizá-lo como instrumento de referência ética e pedagógica (Lima, 2017).

Nos cursos de formação, por exemplo, o uso da trajetória histórica da corporação permite contextualizar o papel do policial militar dentro de uma missão institucional contínua, que atravessa diferentes conjunturas políticas e sociais. Conhecer os marcos de atuação da PM, seus símbolos, seus fundadores e os episódios emblemáticos fortalece o senso de pertencimento e alimenta um sentimento de continuidade e responsabilidade diante da função pública.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública, elaborada pela SENASP (Brasil, 2009), reconhece que elementos como cultura organizacional, identidade e história são eixos fundamentais para a consolidação de uma atuação ética, técnica e cidadã.

Além da formação, a memória institucional pode ser mobilizada em diferentes frentes de comunicação pública. Cerimônias comemorativas, produções audiovisuais, exposições em museus da corporação e projetos educativos voltados à comunidade representam estratégias eficazes para apresentar à sociedade o papel histórico da PM na construção do Estado brasileiro. Essas ações não apenas divulgam o passado da instituição, mas também reforçam seu compromisso presente com os valores democráticos e com a promoção do bem-estar coletivo (Sales; Alencar; Feitosa, 2009). A história, nesse sentido, passa a cumprir também uma função diplomática, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para a construção de uma narrativa pública alinhada com os princípios constitucionais.

Tabela 4. Estratégias institucionais de uso da história da PM

Estratégia institucional	**Finalidade**	**Benefício esperado**
Uso da história nos cursos de formação	Reforçar valores institucionais e identidade profissional	Fortalecimento do pertencimento e da conduta ética
Cerimônias, datas e símbolos históricos	Manutenção de vínculos simbólicos com a corporação	Coesão organizacional e valorização da tradição
Museus e centros de memória da PM	Preservar e divulgar a história institucional	Educação pública e reforço da imagem positiva da corporação
Publicações, redes sociais e vídeos institucionais	Comunicar a missão da PM à sociedade por meio de sua trajetória	Aproximação com a sociedade e legitimidade pública

Fonte: Elaboração própria com base em Lima (2017), Sales, Alencar e Feitosa (2009), e Brasil (2018)

A utilização estratégica da história institucional também favorece o enfrentamento de estigmas e incompreensões sociais sobre o papel da Polícia Militar. Ao tornar pública sua trajetória, suas transformações e seus compromissos com a legalidade e os direitos humanos, a corporação amplia sua transparência e estabelece pontes com a população. Como destaca o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Brasil, 2018), a promoção da confiança mútua entre polícias e cidadãos exige não apenas presença ostensiva, mas também ações simbólicas e comunicativas que valorizem a proximidade, o diálogo e a prestação de contas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

3. CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa propôs uma análise da história institucional da Polícia Militar como elemento estratégico para a formação profissional, a construção da identidade organizacional e o fortalecimento da relação entre a corporação e a sociedade. Demonstramos neste artigo, que o resgate histórico da Polícia Militar ultrapassa o campo simbólico e pode se consolidar como ferramenta pedagógica e comunicacional, capaz de alinhar a atuação policial aos princípios democráticos e às demandas contemporâneas de segurança pública.

A trajetória das instituições policiais no Brasil, marcada por mudanças estruturais, contextos políticos distintos e práticas nem sempre alinhadas à legalidade, foi abordada com base em uma perspectiva crítica e histórica (Bretas; Rosemberg, 2013; Mauch, 2007). A Constituição de 1988 e marcos normativos como a Lei nº 13.675/2018 e a Matriz Curricular Nacional da SENASP foram apresentados como pontos de inflexão que exigem da Polícia Militar não apenas um reposicionamento funcional, mas também simbólico. A valorização da história institucional fortalece o pertencimento profissional, resgata o compromisso público da corporação e qualifica sua imagem junto à população (Lima, 2017; Araújo, 2022).

Além disso, foram apresentadas possibilidades concretas de utilização da história da Polícia Militar na formação continuada, em ações educativas internas e externas, e na comunicação institucional. Tais práticas, quando baseadas em diretrizes democráticas, contribuem para a promoção da cidadania, o fortalecimento da confiança social e a legitimação das ações da corporação no Estado Democrático de Direito (Sales; Alencar; Feitosa, 2009; Brasil, 2018).

A memória histórica da Polícia Militar não deve ser vista apenas como herança do passado, mas como ativo estratégico no presente. Investir na institucionalização desse legado contribui para a construção de uma corporação mais coesa, ética e integrada à sociedade que serve. Notamos, assim, a necessidade de políticas públicas e organizacionais que incorporem o conhecimento histórico como pilar de formação, identidade e ação, consolidando a Polícia Militar como agente fundamental na promoção da segurança, da paz social e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 05. maio 2022.

BAJOTTO, C. C. **Política Federal**: A elite policial traçando identidades e distinções. PUC-RS: Porto Alegre, 2009.

BARBOSA, E. S. Funções de Polícia: o que faz a Polícia Federal Brasileira? **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 181- 212, jan./jun. 2010.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História-Especialidades e abordagens**. Petrópolis

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados

(RJ): Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e dispõe sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**. Brasília: MJSP, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para as Guardas Municipais e as Polícias**. Brasília: SENASP/MJ, 2009.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.

LIMA, Wagner Soares de. **A natureza da Polícia Militar**: história e ecologia. 2017. 430 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2017.

MAUCH, C. Considerações sobre a história da Polícia. **MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 11, p. 107-119, jan./jun. 2007.

ROCHA, Alexandre Pereira da. Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 84–100, fev./mar. 2013.

RODRIGUES, A. L.; BARRICHELLO, A.; IRIGARAY, H. A. R.; SOARES, D. R.; MORIN, E. M. O trabalho e seus sentidos: um estudo com peritos criminais da Polícia Federal. **Rev. de Adm. Pública**, Rio de Janeiro, 2017.

SALES, Lilia Maia de Morais; ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Revista Seqüência**, Florianópolis, n. 58, p. 281–296, jul. 2009.

SANTOS, C. J. A Gênese das Grandes Operações Investigativas da Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 11-68, jul/dez 2017.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados